

## O SEMINÁRIO CAPITALISMO, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS

**Ana Maria Arreguy Mourão\***

**Ana Maria Costa Amoroso Lima\*\***

**Édina Évelyn Casali Meireles de Sousa\*\*\***

O presente número da *Revista Libertas* contempla, em sua totalidade, artigos emanados do Seminário Internacional *Capitalismo, Estado e Políticas Sociais*, realizado no mês de setembro de 2010, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os antecedentes de sua realização foram processualmente construídos e incorporados junto ao desenvolvimento da pesquisa *A Gestão Pública da Política de Assistência Social: Um Estudo Comparativo Entre América Latina e Europa*.

A Pesquisa é apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG, e desenvolvida por docentes e discentes da Faculdade de Serviço Social da UFJF, da Escuela de Trabajo Social de la Facultad de Ciência Política y Relaciones Internacionales da Universidad Nacional de Rosario (Argentina), da Universidad Nacional do Centro de la Província de Buenos Aires (Argentina), da Universidade de Granada (Espanha). No âmbito do Brasil integram-na, ainda, Assistentes Sociais da área da Assistência Social da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

O projeto de investigação está vinculado ao Grupo de Pesquisa: *Políticas Públicas, Gestão e Cidadania*, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora cuja linha está voltada para o aprofundamento da análise das Políticas Sociais destacando suas características na sociedade brasileira e seus processos de regionalização; além de estudos acerca da gestão das políticas públicas, em especial, as da Assistência Social e Saúde.

---

\* Coordenadora, Mestre em Serviço Social, professora da Faculdade de Serviço Social da UFJF

\*\* Coordenadora, Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UFJF

\*\*\* Coordenadora Geral, Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UFJF

O objetivo do Grupo é investigar, desvendar e aprofundar a formação e desenvolvimento do Estado brasileiro no que se refere ao seu comprometimento com a sociedade, bem como no campo da consolidação da cidadania através das políticas públicas. O pressuposto teórico reside na afirmação do Estado democrático, público, financiador e comprometido com a ampliação dos direitos constitutivos de cidadania.

Para tanto, os estudos e pesquisas agregados ao Grupo objetivam investigar o *locus* onde a política pública se realiza, ou seja, no âmbito dos governos, em suas três esferas constitutivas, e de suas respectivas gestões, no sentido de conhecer as relações políticas e sócio econômicas determinantes de sua realização.

Portanto, acorde com tais premissas e estendendo seu campo geográfico de abrangência, a pesquisa *A Gestão Pública da Política de Assistência Social: Um Estudo Comparativo Entre América Latina e Europa*, tem como universo de investigação, municípios da América Latina - Juiz de Fora (Brasil), Rosario e Tandil (Argentina) - e, da Europa, o município de Granada (Espanha).

Dada a oportunidade de extrapolar o campo investigativo para o exterior brasileiro, interessou aos pesquisadores verificar como se processam as políticas sociais em outros países comparando-as com o nosso Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

As cidades foram escolhidas como campo do estudo comparativo por possuírem determinadas características comuns, tais como: sistema público de Assistência Social descentralizado, com instrumentos de controle social/participação da sociedade civil; institucionalização político-administrativa do processo; implementação de programas e projetos sociais estruturados e existência de curso superior de Serviço Social nos municípios. Neste último caso a exigência era a de garantir oportunidades de trocas e intercâmbios acadêmicos entre as unidades de ensino de Serviço Social, bem como a produção de pesquisa para esta área do conhecimento.

Constituem-se objetivos da pesquisa: a) caracterizar a construção sócio-histórica da política de Assistência Social sob o viés da descentralização e democratização; b) levantar e analisar o processo de institucionalização político-administrativo da política de Assistência Social nos municípios escolhidos; c) mapear os recursos e

financiamentos destinados às ações relativas à Assistência Social; d) identificar e analisar a pertinência social dos programas e projetos desenvolvidos; e) verificar e analisar o processo de gestão pública da política de Assistência Social a partir dos eixos: gestão, controle social, planejamento e relações institucionais e profissionais; f) apresentar indicadores e perspectivas para uma gestão democrática da política de Assistência Social, voltada para os interesses da população.

Os sujeitos da pesquisa de campo foram selecionados dentre o universo dos atores sócio-políticos envolvidos no processo de construção e institucionalização da política de Assistência Social: os gestores da política pública; os profissionais supervisores/coordenadores de programas e projetos e os integrantes dos espaços de controle social.

A base teórica da pesquisa centrou-se na atualização das discussões sobre Capitalismo, Estado, Política Social, Política de Seguridade Social, Política de Assistência Social, Democratização, Descentralização, Cidadania, Gestão Pública e Controle Social. Em se tratando de um estudo comparativo, os instrumentos de investigação escolhidos foram a análise documental e entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos previamente selecionados.

O trato ao objeto da pesquisa enfoca três eixos de investigação, a saber: gestão, controle social e financiamento. Estes marcadores integram o tripé da investigação, permitindo identificar e analisar a implantação e implementação das políticas de Assistência Social nos municípios escolhidos, oferecendo subsídios empíricos e teóricos expressivos para a discussão da temática.

No campo da revisão da literatura o conjunto de pesquisadores se propôs a estudar o papel do Estado capitalista na definição das políticas públicas, particularmente a de Seguridade Social e desta, a de Assistência Social, identificando as determinações sociais, políticas, culturais e institucionais de cada realidade investigada, baseadas em compreensões teóricas fundamentais e convergentes em termos de identidade crítica e de visão de mundo dos autores selecionados.

O ponto de partida para efeito da pesquisa, sem desprezar, evidentemente, o traçado histórico das formações sócio-históricas de cada país, foi o de privilegiar a

necessidade de se repensar o papel do Estado após a crise política e financeira do capitalismo iniciada em meados da década de 1970 e instaurada em 1980, nos chamados países emergentes, principalmente no Brasil e demais países da América Latina.

A imposição do neoliberalismo pelos países centrais como um conjunto de idéias econômicas e políticas capazes de apresentar uma solução para a crise econômica mundial desencadeada, dentre outros, pelo aumento excessivo do preço do petróleo, acabou por redefinir o papel dos Estados em termos da centralidade no mercado em detrimento da responsabilização estatal para com a coisa pública e com a sociedade.

A predominância do pensamento neoliberal trouxe ainda a onda *reformista gerencial* cujo enfoque foi a reorganização dos Estados sob os supostos privatistas, terceirizações, gestão de resultados e desmantelamento da máquina estatal em suas dimensões técnica, organizacional e humana.

A hegemonia do *pensamento único* se sobrepôs aos processos de gestão pública voltados para a equidade, justiça social e democracia. Sobrepôs-se ainda, à concepção da universalização e aprofundamento dos direitos fincados no Estado - por ser o órgão capaz de gerir políticas sociais de cunho universalista - e, na administração pública - por ser a referência para a organização das ações estatais.

O real papel do Estado de Direito, ainda que burguês, revela-se como ponto central para o debate sobre Políticas Sociais e gestão.

O desenvolvimento da investigação, até o momento, tem apontado que Políticas Sociais orientadas para universalização e aprofundamento de direitos, só possuem condições de serem desenvolvidas se forem de responsabilidade do Estado. E a gestão dessas políticas, na medida em que é operacionalizada pelo Estado, possui como fundamento a administração pública. Portanto, a gestão é eminentemente pública colide com a gerência de programas e projetos sociais particularistas, apesar de não desconsiderar esta dimensão.

Daí depreender-se que a política pública é uma linha de ação coletiva asseguradora de direitos sociais declarados e garantidos em lei, e que têm no Estado a primazia da condução desse processo.

Essas impressões aproximativas do objeto da pesquisa em andamento ganharam maior vitalidade com a realização do Seminário *Capitalismo, Estado e Políticas Sociais*, já previsto no projeto como um dos desdobramentos da investigação em curso. Naquela ocasião estiveram reunidos os pesquisadores e expoentes da área da Seguridade Social, para debater, com um público de aproximadamente 350 pessoas, a pesquisa e dar a público a sua natureza e objetivo. A intenção foi a de promover a discussão entre pesquisadores da área do Serviço Social e afins visando desvendar os desafios da política de proteção social na Argentina, Brasil e Espanha.

Parte do referencial teórico já trabalhado pelos pesquisadores em cada uma das realidades investigadas foi discutido no Seminário e reorganizado em forma de artigos para o presente número da Revista Libertas.

Os resultados desse evento podem, então, ser apreciados e debatidos por todos os interessados na temática, que é também tão cara ao Serviço Social, nestes tempos da necessária resistência às ofensivas capitalistas aos projetos societários mais democráticos, mais inclusivos e a favor da liberdade e da emancipação humana.